



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR YURI MOURA**

**LIDO**

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
2º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PROCESSO Nº 0455/2023

**INSTITUI OS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS  
DE DEFESA CIVIL - NUDECS NO  
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**

**Art. 1º** Ficam instituídos os Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's, nas comunidades mapeadas como de risco, com o objetivo de promover atividades de conscientização coletiva e mudança nos hábitos que possam evitar e/ou reduzir ocorrências de desastres, bem como preparar os moradores locais para situações de emergência.

**Parágrafo único.** No desenvolvimento de suas atividades, os NUDEC's deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

**Art. 2º** Esta Lei tem como objetivos:

**I** – Promover a interação entre a Defesa Civil e a comunidade, aproximando e estimulando a população para participação e construção de uma cultura voltada à prevenção de riscos, solidariedade e proteção da vida;

**II** – Possibilitar um planejamento participativo, estimulando a socialização de experiências, bem como, o acesso da comunidade às ações desenvolvidas pela Defesa Civil;

**III** – Viabilizar espaços participativos e democráticos na comunidade, articulando os diversos atores sociais para a consolidação de um plano que vise à construção de princípios para uma melhor convivência com o meio ambiente local;

**IV** – Favorecer o indivíduo em seu crescimento como ser humano e em sua integração, consciente, cidadão e atuante, na comunidade em que vive;

**V** – Envolver a comunidade para a cultura e engajamento de mudança quanto à realidade local, promovendo espaço para uma construção coletiva, assegurando a ampliação dos fóruns de discussão, tendo como perspectiva a prevenção e redução dos riscos e desastres.

**VI** – Capacitar grupos de voluntários compostos por moradores de áreas de risco para atuarem em ações de defesa civil e proteção dentro de suas localidades, sob orientação de profissionais da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil – SEMPDEC.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, definindo áreas de abrangência de atuação das atividades de conscientização, estrutura e funcionamento, levando em consideração o Plano Municipal de Redução de Riscos, a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e outros mecanismos afetos.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC deverá ser consultado.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a proceder à suplementação orçamentária e abertura de créditos especiais até o limite específico para execução da presente lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

### **1. DO CONTEXTO**

O Município de Petrópolis tem sofrido, há décadas, com tragédias ocasionadas por deslizamentos de terra e alagamentos.

Recentemente, tragédias ocorridas nos meses de fevereiro e março de 2022, deixaram 238 mortos e mais de 800 pessoas desalojadas ou desabrigadas.

Especialistas apontam que os efeitos das tragédias poderiam ter sido reduzidos caso medidas preventivas tivessem sido adotadas no passado.

A Lei nº 12.608/2012 que, dentre outras providências, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, estabelece, como objetivos da PNPDEC, “reduzir os riscos de desastres”, “desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre” e “orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção”.

Para a efetivação dos objetivos acima destacados, Municípios de todo Brasil vêm implantando Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil visando informar, organizar e preparar a comunidade local para minimizar os riscos e efeitos de eventuais desastres, bem assim, dar pronta resposta aos mesmos, buscando a redução da intensidade dos danos e prejuízos decorrentes.

### **2. DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**

A matéria tratada no presente projeto é de competência da Câmara Municipal, por iniciativa de qualquer um de seus membros.

Inicialmente, cumpre apontar que, nos termos do artigo 30, I da Constituição da República Federativa do Brasil (CFRB/88), compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

O parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Orgânica do Município de Petrópolis assim dispõe:

**Art. 16.** Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

[...]

**§ 3º** As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.

O artigo 59 da Lei Orgânica Municipal determina que a iniciativa de proposição das leis cabe a qualquer vereador, salvo os casos elencados no art. 60, os quais são de competência privativa do Prefeito Municipal. Portanto, não há qualquer invasão à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, pois a matéria tratada na proposição legislativa não se encontra no rol dos incisos do art. 60 da LOMP.

Por todo exposto, conto com o apoio dos meus pares na aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 20 de Janeiro de 2023

  
**YURI MOURA**  
Vereador